



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

Senhores acionistas,
 No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A. vem apresentar a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as respectivas notas explicativas.
 O ano de 2014 foi especialmente desafiador para o Brasil, marcado especialmente pela elevada volatilidade nos mercados internacional e local.

O agronegócio brasileiro produziu uma safra recorde de grãos e o setor de fertilizantes no Brasil acompanhou este crescimento registrando 32,2 milhões de toneladas, o maior volume de entregas da história, 4,9% superior a 2013.

Atendendo as mais variadas culturas em praticamente todas as regiões produtoras do país, a Heringer obteve um faturamento líquido de R\$ 5,9 bilhões, com um volume entregue de 5,5 milhões de toneladas de fertilizantes aos seus clientes.

No que se diz respeito aos investimentos, a Companhia iniciou a construção de duas unidades de misturas de fertilizantes em Candeias (BA) e Rio Grande (RS).

Em 11 de junho de 2014 a Companhia celebrou um contrato de subscrição de ações com a OCP International Cooperative U.A. ("OCP"), concluído em janeiro de 2015, via aumento de capital, no qual esta última passou a ter 10% do capital da Fertilizantes Heringer S.A.

A Companhia desenvolve suas atividades visando, além do atendimento aos clientes com produtos de qualidade, difundir as melhores práticas de adubação, baseada na proteção ambiental e possibilitando expandir a produção e aumentar a renda dos agricultores.

Os produtos especiais desenvolvidos pela Heringer proporcionam resultados agrônômicos superiores, aliados a um atendimento personalizado aos clientes, têm contribuído para o crescimento da participação no mercado brasileiro de fertilizantes e para a melhoria da competitividade, ao viabilizar a venda de produtos de maior valor agregado.

Em 2014, foi divulgado o terceiro Relatório de Sustentabilidade, uma oportunidade de aumentar o engajamento de todos nas questões envolvendo a sustentabilidade, além da divulgação dos indicadores, metas a serem alcançadas e das realizações da Companhia nos âmbitos econômico, social e ambiental.

Para 2015, a expectativa é que o mercado brasileiro de fertilizantes deva atingir um volume de entregas semelhante ao de 2014, de 32,2 milhões de toneladas, com uma possível mudança na sazonalidade, que deve ser de 38% das entregas no 1º semestre e 62% no 2º semestre.

PERFIL E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Há 46 anos no mercado, a Fertilizantes Heringer S.A., com sede na cidade de Viana, no estado do Espírito Santo, é uma das Companhias nacionais pioneiras na produção, comercialização e distribuição de fertilizantes.

A Heringer teve um crescimento significativo em toda sua trajetória, resultado de investimentos em novas unidades de produção, qualidade e produtos especiais, atendimento personalizado a seus clientes, ampla rede de comercialização e distribuição, acesso seguro e estável a matérias-primas, agilidade no processo decisório e posicionamento estratégico oportuno dentro de importantes mercados regionais.

A Companhia opera através de 21 unidades de misturas, distribuídas nas principais regiões de consumo do Brasil e de 2 escritórios comerciais, além de possuir uma unidade de produção de ácido sulfúrico e produção de super-fosfato simples (SSP).

Possui ampla capacidade de desenvolvimento de novos fertilizantes especiais através de seu corpo técnico, além de dois centros de pesquisa, o que lhe permite atender diversos segmentos do setor de agronegócio.

Como passo importante para seu crescimento e modernização, a Heringer abriu seu capital ao mercado ingressando no Novo Mercado da Bovespa em abril de 2007, tendo suas ações negociadas no código FHER3.



PERSPECTIVAS

A Conab prevê que a produção brasileira de grãos na safra 2014/15 deverá atingir 200,0 milhões de toneladas, 3,4% superior a de 2013/14, o que representa 6,53 milhões de toneladas a mais do que o registrado anteriormente.

Ainda de acordo com a Conab, a soja continuará sendo a principal cultura em termos de produção de grãos no país, podendo atingir 94,5 milhões de toneladas - aumento de 9,8% sobre a safra 2013/14. A área plantada de grãos aponta para um crescimento de 0,6% em relação à safra passada, podendo atingir 57,4 milhões de hectares.

Para 2014/15, a projeção para a primeira safra de milho (verão) é de 30,0 milhões de toneladas, queda de 5,3% em relação à safra 2013/14 e em área deve ser de 6,2 milhões de hectares, redução de 6,5% sobre a safra passada, de acordo com a Agroconsult. Para o milho de segunda safra (safra), a produção estimada é de 50,3 milhões de toneladas, um aumento de 4,1% em comparação à safra passada, e a área plantada permanece praticamente inalterada em 9,7 milhões de hectares (+2,9% sobre 2013/14).

Para a cana, a Agroconsult projeta uma safra de 660 mmt, 6,8% maior que a safra 2014/15, com um aumento na produtividade média da ordem de 7%, apesar do extenso veranico ocorrido no final de 2014 e início de 2015 na região Centro-Sul, maior região produtora do Brasil.

A maior remuneração dos produtores de café na última safra motivou os investimentos na cultura, entretanto, de acordo com a Agroconsult, a seca e altas temperaturas nas principais regiões produtoras no Brasil podem reduzir a produção da safra 14/15 e também o potencial para a safra 2015/16. Diante disso, os preços do café têm se mantido firme em relação ao ano anterior.

Em 2015, as entregas de fertilizantes no Brasil devem atingir 32,2 milhões de toneladas, volume estável em relação a 2014.

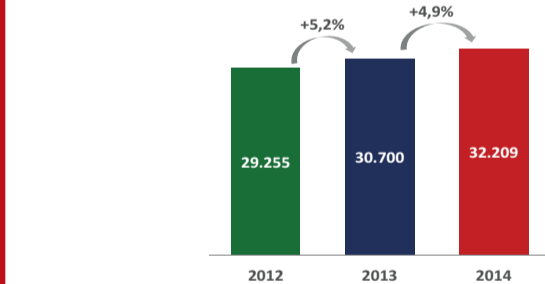
O grande desafio do agronegócio brasileiro deve continuar sendo os custos logísticos para escoamento da produção agrícola.

As importações de fertilizantes devem continuar aquecidas em 2015 para suprir a demanda do mercado, uma vez que tem havido queda na produção nacional nos últimos anos. Em 2014, 75% dos fertilizantes consumidos no país foram importados.

De acordo com a IFA, a demanda global de fertilizantes em 2015/16 crescerá cerca de 0,6% em relação a 2014/15, para 187,4 milhões de toneladas de nutrientes, sendo 1,9% a mais no nitrogênio (114,0 milhões de toneladas de nutrientes), 1,7% a mais no fósforo (42,2 milhões de toneladas de nutrientes) e 2,6% a mais no potássio (31,2 milhões de toneladas de nutrientes).

MERCADO BRASILEIRO

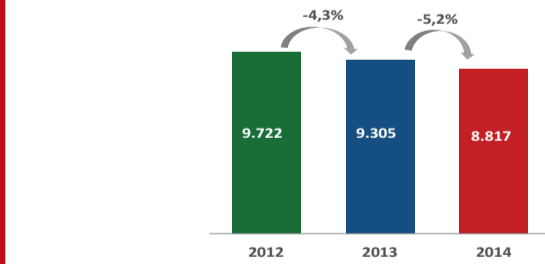
Em 2014 o mercado brasileiro de fertilizantes cresceu de 4,9% em relação ao ano anterior, atingindo 32,2 milhões de toneladas.



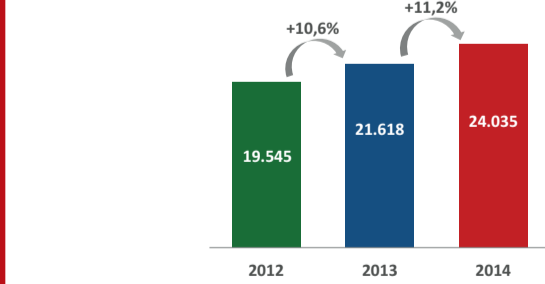
Em nutrientes, as entregas de fertilizantes nitrogenados (N) apresentaram evolução de 4,7%, em função do aumento de demanda para as culturas do milho safrinha, algodão, café e trigo. Os fertilizantes fosfatados (P2O5) registraram aumento de 2,4%, com ênfase para cultura da soja. Nos fertilizantes potássicos (K2O), foi registrado crescimento de 5,9%, observando-se aumentos tanto nas entregas dos produtos formulados como nas coberturas na forma de elementos simples, sobretudo para o milho safrinha, algodão, trigo e soja.

Regionalmente, o Estado de Mato Grosso continuou concentrando o maior volume de entregas no ano, atingindo 5,8 milhões de toneladas, porém esse ano o Rio Grande do Sul assumiu o segundo lugar com 4,0 milhões de toneladas, seguido pelo Paraná com 3,9 milhões de toneladas e por São Paulo com 3,8 milhões de toneladas, que registrou redução nas entregas em consequência da seca que atingiu o estado.

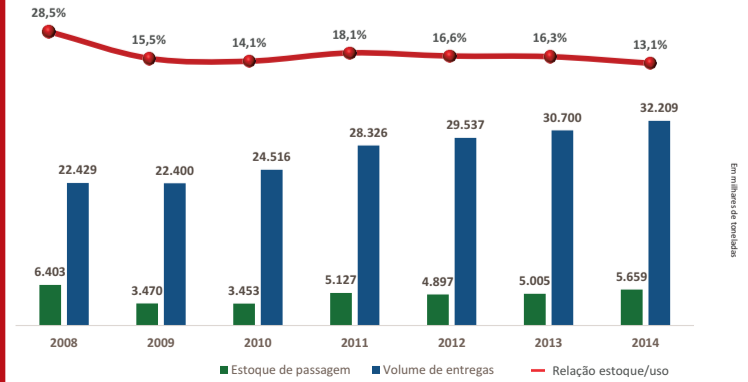
A produção brasileira de fertilizantes foi 5,2% inferior à registrada em 2013. Foram registradas quedas nas produções dos nitrogenados (7,1%) e dos fosfatados (5,2%) e manutenção dos potássicos.



Como a produção local de fertilizantes não tem sido suficiente para suprir a demanda brasileira, as importações de matérias primas de fertilizantes têm crescido nos últimos anos para atender essa demanda. A importação de fertilizantes aumentou 11,2% em 2014 em relação a 2013, que suportou a maior demanda do mercado.



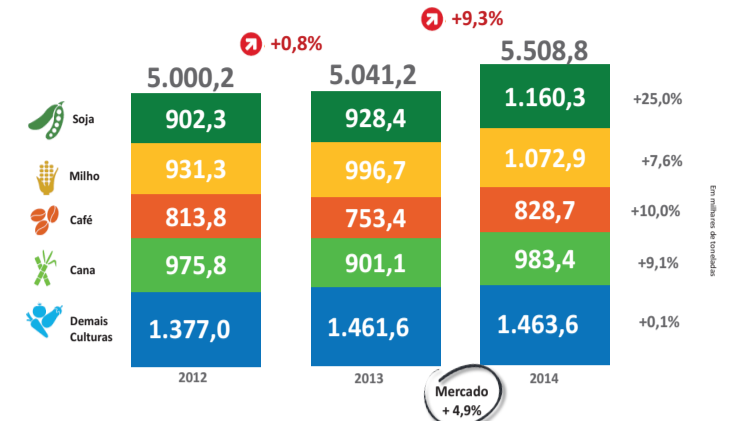
O estoque de passagem passou de 5,0 milhões de toneladas em 2013 para 5,6 milhões de toneladas em 2014. No mesmo período, o volume de entregas passou de 30,7 milhões de toneladas para 32,2 milhões de toneladas fazendo com que a relação estoque/uso, que em 2013 era de 16,3%, passasse a 13,1% em 2014.



ENTREGAS - HERINGER

Em 2014, a Heringer cresceu acima do mercado e atingiu um volume recorde de entregas de 5,5 milhões de toneladas, 9,3% maior que o volume entregue em 2013.

O aumento dos volumes nas entregas ocorreu para todas as culturas, com destaque para a cultura de soja (+25,0%).



ECONÔMICO FINANCEIRO

Em 2014, o volume entregue foi superior em 9,3% ao de 2013, atingindo 5,5 milhões de toneladas.

A receita líquida foi de R\$ 5.951,8 milhões, superior em 9,7% a de 2013, de R\$ 5.427,9 milhões.

O lucro bruto em 2014 foi de R\$ 731,9 milhões, superior em 12,4% ao de 2013, de R\$ 651,2 milhões. A margem bruta em 2014 foi de 12,3%, superior a de 2013, que foi de 12,0%.

Os fretes e comissões no 2014 foram de R\$ 286,7 milhões, representando 4,8% da receita líquida, superiores aos R\$ 256,5 milhões de 2013, cujo percentual da receita líquida foi de 4,7%.

As despesas VG&A em 2014 foram de R\$ 183,3 milhões, representando 3,1% da receita líquida, 0,8% menor que em 2013, de 3,4%.

O EBITDA em 2014 foi de R\$ 331,8 milhões, representando uma margem de 5,6%, superior em 23,9% o de 2013 que foi de R\$ 267,9 milhões, com margem de 4,9%.

As despesas financeiras líquidas de 2014 foram de R\$ 274,2 milhões, contra R\$ 273,4 milhões de 2013. Esse valor é composto pelos juros líquidos, descontos concedidos, despesas referentes ao AVP (ajuste a valor presente), ganhos com operações de hedge, entre outras, no valor de R\$ 872 mil, variação cambial negativa de R\$ 275,1 milhões. Cabe ressaltar que os ganhos com as operações de hedge foram de R\$ 47,2 milhões em 2014.

Apesar da variação cambial ter impactado o resultado líquido no 4T14, em 2014 o resultado se manteve positivo em R\$ 7,9 milhões, ante o resultado negativo de R\$ 33,9 milhões em 2013.

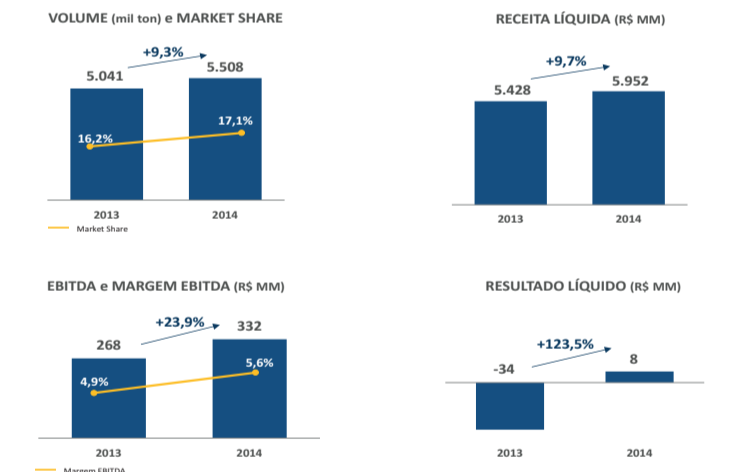
	2014	% RL	2013	% RL	Δ % 14/13
Volume	5.508.872		5.041.196	100,0%	9,3%
Receita Líquida	5.951.799	100,0%	5.427.935	100,0%	9,7%
CPV	(5.219.901)	-87,7%	(4.776.665)	-88,0%	9,3%
Lucro Bruto	731.898	12,3%	651.270	12,0%	12,4%
Fretes e Comissões	(286.740)	-4,8%	(256.477)	-4,7%	11,8%
VG&A	(183.278)	-3,1%	(184.733)	-3,4%	-0,8%
EBITDA	331.857	5,6%	267.895	4,9%	23,9%
Rec/(Desp) Financeira	872	0,0%	(47.201)	-0,9%	101,8%
Variação Cambial, Líquida	(275.151)	-4,6%	(226.261)	-4,2%	21,6%
Resultado Líquido	7.963	0,1%	(33.904)	-0,6%	123,5%

Apesar da continuidade da paralisação temporária da unidade de produção de SSP e ácido sulfúrico houve queda nas despesas em 2014 em relação aos 2013. Além disso, as unidades encontram-se em adequado nível de manutenção mesmo estando paralisadas.

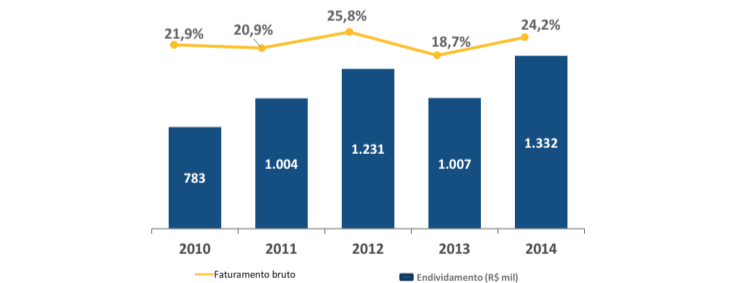
	Distribuição de Fertilizantes				Produção de SSP e Ácido Sulfúrico				Total Companhia	
	2014	% RL	2013	% RL	2014	% RL	2013	% RL	2014	2013
Receita Líquida	5.951.799	100,0%	5.427.935	100,0%	0,0%	-	0,0%	-	5.951.799	5.427.935
CPV	(5.196.634)	-87,3%	(4.750.915)	-87,5%	(23.267)	-100,0%	(25.750)	-100,0%	(5.219.901)	(4.776.665)
Lucro Bruto	755.165	12,7%	677.020	12,5%	(23.267)	-100,0%	(25.750)	-100,0%	731.898	651.270
Fretes e Comissões	(286.740)	-4,8%	(256.477)	-4,7%	0,0%	-	0,0%	-	(286.740)	(256.477)
VG&A	(183.278)	-3,1%	(184.733)	-3,4%	0,0%	-	0,0%	-	(183.278)	(184.733)
EBITDA	344.334	5,8%	281.811	5,2%	(12.477)	-100,0%	(13.916)	-100,0%	331.857	267.895

INDICADORES FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO DE CAPITAL

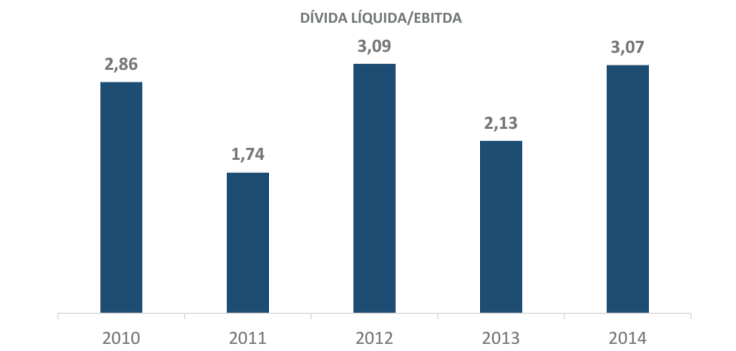
Em 2014, a Heringer apresentou o seu maior volume de entregas e de receita líquida desde a sua fundação há 46 anos. Além disso, houve melhora nas margens bruta, EBITDA e líquida de 2014 em relação a 2013.



O percentual do total da dívida em relação ao faturamento bruto de 2014 foi de 24,2%, em linha com os anos anteriores e inferior ao estipulado pelo Conselho da Administração como teto para o ano, que era de 40%, o que demonstra uma adequada gestão de risco de capital.

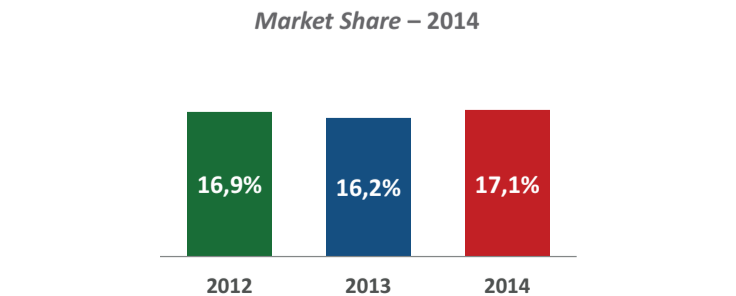


O indicador endividamento líquido/EBITDA passou de 2,13x em 2013 para 3,07x em 2014, em função do impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em dólar, mas ainda assim, tal índice ficou em linha com 2012, quando atingiu 3,09x.



MARKET SHARE

Em 2014 o market share atingiu 17,1% contra 16,2% de 2013. Os fatores do aumento da participação foram a maior participação da Heringer nas vendas para todas as culturas, com destaque para a soja, café, cana de açúcar e milho.



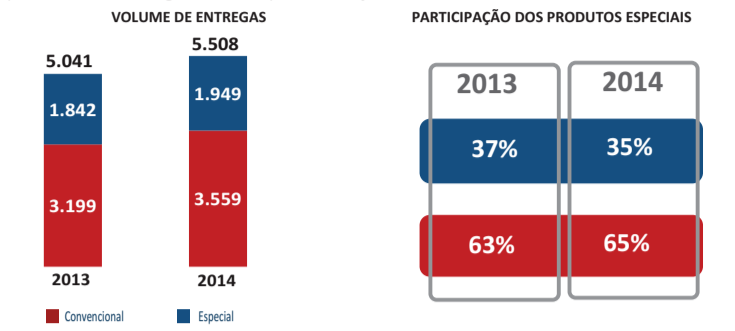
INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2014, a Heringer possuía o montante de R\$ 548,9 milhões em imobilizado, investimentos e intangível.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Com objetivo de intensificar e potencializar a produtividade das lavouras, além dos produtos convencionais, a Heringer disponibiliza para os seus clientes uma linha de fertilizantes especiais, formada por produtos de excelente desempenho agrônomo, proporcionando maior rendimento às lavouras e um melhor custo benefício.

Em 2014, o nosso volume de vendas foi de 5.508,8 mil toneladas, acima do de 2013 que atingiu 5.041,2 mil toneladas. Deste volume, 35% foram vendas de produtos especiais, que são fertilizantes em grande parte exclusivos da Heringer, que possuem características agrônômicas superiores aos padrões de mercado e que contribuem para a melhoria das margens e também para a fidelização dos nossos clientes.



A Heringer investe continuamente em pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias que possam vir a ser aplicadas na produção de fertilizantes. Esse trabalho nos permite ter uma linha completa de fertilizantes sólidos, de fertilização e foliares, ou seja, produtos com diferentes teores de nutrientes, adaptados às necessidades específicas das mais diversas culturas e que geram melhor produtividade e consequentemente melhores resultados financeiros para o agricultor.

A Companhia possui um corpo técnico capacitado, composto por engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e zootecnistas, profissionais que estão em constante atualização com as novas tendências de adubação para as diversas culturas.

Além disso, a Heringer mantém três centros de estudo e pesquisa, sendo um dedicado à cultura do café, um ao manejo e adubação de pastagens e outro aos estudos do agronegócio. Os resultados gerados nesses centros viabilizam o estreitamento no relacionamento com os produtores rurais, bem como dão respaldo técnico para a comercialização dos nossos produtos especiais. As pesquisas internas são divulgadas pelo corpo técnico e consultores especializados, em palestras, dias de campo e outros eventos do setor agropecuário.

Cepec (Centro Experimental de Extensão e Pesquisa Cafeeira Eloy Carlos Heringer) - Uma iniciativa da Heringer em parceria com o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), situado em Martins Soares-MG, desde 1994, é considerado referência nacional em desenvolvimento tecnológico para a cafeicultura de montanha, recebendo, anualmente, aproximadamente 1.000 produtores rurais e técnicos em suas reuniões sobre resultados de pesquisas.

Cemap (Centro de Manejo e Adubação de Pastagens) - Localizado no município de Viana-ES, desde 2003. Promove visitas e reuniões com agricultores, pesquisadores, pecuaristas e técnicos, com o objetivo de difundir os resultados e conhecimentos ali gerados. O centro possui uma extensa área de pastagem, que é destinada ao sistema de produção e simula a realidade do campo. São testados diferentes níveis de adubação em diferentes espécies forrageiras para conhecimento e demonstração da exigência nutricional de cada uma.

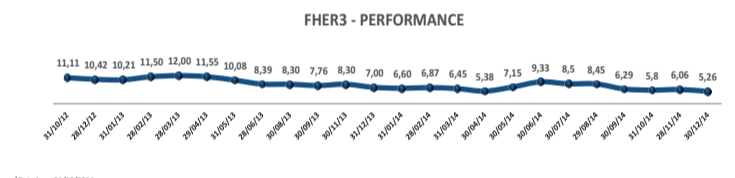
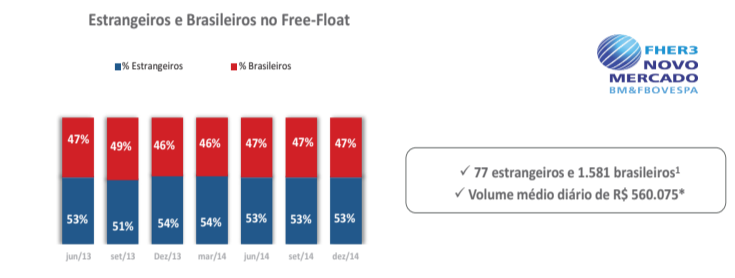
Ceagro (Centro de Estudos do Agronegócio) - Localizado no município de Vila Velha-ES, é um dos pilares do trabalho de excelência realizado pela Heringer, com uma estrutura disponível para estudar e desenvolver novas técnicas agrícolas.

MERCADO DE CAPITALIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Atualmente, a FHER3 é a única empresa de fertilizantes listada na BM&FBOVESPA, tornando-se uma oportunidade atrativa para investimento.

As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), desde abril de 2007 sob o código FHER3. A Heringer participa dos índices ITAG, IGC e IGCM.

Pelos seus bons fundamentos, a Heringer possui um significativo potencial de crescimento no mercado competitivo, vendas geograficamente equilibradas, base de clientes diversificada, foco nas vendas para o varejo, adequada estrutura logística e de distribuição, marca altamente reconhecida, amplo portfólio de produtos especiais, gestão sólida, entre outras.



DIREITO DOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Aos administradores, poderá ser atribuída participação de até um décimo do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social. A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada "Reserva de Investimentos" que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2014, o lucro líquido do exercício de R\$ 7.963, incluído no montante que seria destinado à reserva de lucros - incentivos fiscais, no valor de R\$ 25.099, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2014, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, poderão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2012	2013	2014	Total
PSDI (I)	111.038	23.351	25.099	159.488
Outros incentivos recebidos	5.457	-	-	5.457
	116.495	23.351	25.099	164.945

(j) Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial do Governo do Estado de Sergipe. Redução de ICMS: o benefício fiscal decorre do deferimento concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS apurado na unidade fabril de Rosário do Catete-SE. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais. O programa, originalmente, tinha a duração de dez anos, sendo que em 2013 foi prorrogado por mais 5 anos, e em 2014 foi renovado de forma a durar mais 10 anos, totalizando, assim 25 anos, com vencimento em 26 de setembro de 2028.

SUSTENTABILIDADE

Com o objetivo de agregar transparência às práticas de sustentabilidade, em 2014, a Heringer divulgou o seu 3º Relatório de Sustentabilidade, seguindo os padrões dos indicadores da GRI (Global Reporting Initiative).

O relatório demonstra o engajamento e o compromisso da Companhia com a sustentabilidade, para com seus colaboradores, clientes, investidores, fornecedores, parceiros e a sociedade de forma geral.

As informações contidas no relatório são referentes ao desempenho nos âmbitos econômico, social e ambiental de todas as suas unidades e dão continuidade ao seu primeiro relatório, referente a 2011, que desde então passou a ser anual.

RECURSOS HUMANOS

A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva, com exceção dos terceirizados e estagiários.

Em 31 de dezembro de 2014, o quadro era composto por 3.501 colaboradores diretos, distribuídos em 3.401 próprios, 09 estagiários e 91 aprendizes. Além destes, contava ainda com 39 aprendizes registrados nas instituições credenciadas e com 255 colaboradores de empresas contratadas.

O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável, incluindo horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificações.

A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, previdência privada, alimentação e transporte.

A Heringer possui, também, um programa de participação nos lucros - PLR, por meio do qual distribui aos empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores. A Heringer distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Os empregados admitidos no decorrer do exercício

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	313.908	435.458
Contas a receber de clientes	4	762.570	655.543
Estoques	5	860.771	693.926
Tributos a recuperar	6	146.136	142.021
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	27.044	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	36.345	19.314
Bonificações de compras		30.185	14.751
Outros ativos		32.413	42.965
		2.209.372	2.003.978
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	4	991	1.239
Tributos a recuperar	6	252.369	216.480
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	89.379	54.468
Outros ativos	7.b	14.575	8.376
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.b	3.173	56.973
Créditos tributários adquiridos	13	164.145	146.467
Depósitos judiciais	13	28.101	23.323
Imobilizado	10	541.057	477.477
Intangível		7.919	7.917
		1.101.709	992.720
		3.311.081	2.996.698

	Nota	2014	2013
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	11	1.284.293	1.151.585
Empréstimos e financiamentos	12	1.234.302	820.174
Salários e encargos sociais		22.338	22.194
Tributos a recolher		2.222	9.388
Adiantamentos de clientes		168.313	241.617
Instrumentos financeiros derivativos	8	423	1.647
Outros passivos		46.912	49.913
		2.757.903	2.296.518
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	97.199	186.698
Provisão para contingências	13	10.769	5.008
Tributos a recolher		-	67.993
Outros passivos		-	3.238
		107.968	262.937
		2.865.871	2.559.455
Total do passivo			
		2.865.871	2.559.455
Patrimônio líquido	14		
Capital social		448.746	448.746
Ajuste de avaliação patrimonial		43.415	44.497
Prejuízos acumulados		(46.951)	(56.000)
Total do patrimônio líquido		445.210	437.243
Total do passivo e patrimônio líquido		3.311.081	2.996.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.963	(33.904)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	7.963	(33.904)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2012	448.746	45.584	(23.184)	471.146
Prejuízo do exercício	-	-	(33.904)	(33.904)
Realização de custo atribuído, líquido de tributos	-	(1.087)	1.088	1
Em 31 de dezembro de 2013	448.746	44.497	(56.000)	437.243
Lucro do exercício	-	-	7.963	7.963
Realização de custo atribuído, líquido de tributos	-	(1.082)	1.086	4
Em 31 de dezembro de 2014	448.746	43.415	(46.951)	445.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.004.735	5.472.821
Outras receitas	30.229	15.268
Receitas relativas à construção de ativos próprios	47.249	12.704
Constituição, reversão e recuperação de créditos de liquidação duvidosa	(1.025)	(12.477)
	6.081.188	5.488.316
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(4.967.474)	(4.537.721)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(497.364)	(433.092)
Perda/recuperação de valores ativos	(27.118)	(11.416)
Outras	(2.078)	(223)
	(5.494.034)	(4.982.452)
Valor adicionado bruto	587.154	505.864
Depreciação e amortização	(47.797)	(47.606)
Valor adicionado líquido produzido	539.357	458.258
Valor adicionado recebido em transferência	-	449
Resultado de equivalência patrimonial	444.393	339.926
Receitas financeiras	793	608
Outras	445.186	340.983
	984.543	799.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais
A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes.

A Companhia possui atualmente 21 unidades de mistura, distribuídas nas regiões sudeste, centro oeste, sul e nordeste do Brasil, e 2 escritórios comerciais situados na Bahia e no Paraná, e 1 armazém no Rio Grande do Sul. Ressaltando ainda que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP").

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FNEC3.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2015, para divulgação em 02 de março de 2015.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

Em 27 de dezembro de 2013 a Companhia incorporou sua subsidiária integral Logfert, deixando de ter a necessidade de apresentação de demonstrações financeiras. Adicionalmente, considerando a imaterialidade das transações da Logfert, originalmente apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia concluiu que a apresentação das demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. melhor representa qualitativamente as informações financeiras comparativas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014, os valores adotados a título de "Impostos e Taxas do Sistema de Comércio Exterior - Siscomex", originalmente registrados no grupo de caixa e equivalentes de caixa, nos montantes de R\$ 1.540 (R\$ 2.062 em 31 de dezembro de 2013), foram reclassificados para o grupo estoques junto aos demais adiantamentos a fornecedores. A presente reclassificação impactou também o fluxo de caixa no mesmo valor acima na rubrica estoque nas atividades operacionais e os saldos iniciais e finais do caixa e equivalentes de caixa do exercício, não houve impactos no patrimônio líquido, nos resultados do exercício e valores adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado – DVA em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) Impostos e contingências; e (iii) Valor justo de instrumentos operacionais e os saldos iniciais e finais do caixa e equivalentes de caixa do exercício, não houve impactos no patrimônio líquido, nos resultados do exercício e valores adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando eles se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

(ii) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iv) Baixa de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido beneficiados; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Qualquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

(b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Distribuição do valor adicionado

	2014	2013
Pessoas físicas	-	45.584
Remuneração direta	136.339	127.646
Benefícios	45.521	40.878
FGTS	8.494	8.345
	190.354	176.869

Impostos, taxas e contribuições

	2014	2013
Federais	53.516	32.187
Estaduais	35.957	31.587
Municipais	900	919
	90.373	64.693

Remuneração de capitais de terceiros

	2014	2013
Juros	660.831	561.266
Aluguéis	13.101	12.403
Outras	21.921	17.914
	695.853	591.583

Remuneração de capital próprio

	2014	2013
Lucro retidos (prejuízo)	7.963	(33.904)
	7.963	(33.904)

Total do valor distribuído

	2014	2013
	984.543	799.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(c) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(d) Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(e) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP – Financiamentos de importação – são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

2.3. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Listamos a seguir os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Norma	Requerimento	Impacto nas Demonstrações Financeiras
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) A Administração avaliou os impactos do IFRS 9 e prevê o cancelamento das IAS 39 em 2015 e o novo modelo de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.	As demonstrações financeiras não foram impactadas.
Alteração IAS 16 e IAS 38 – Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	O objetivo da publicação é estabelecer que não é apropriado definir a base de depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo, por parte da entidade, dos futuros benefícios econômicos de um ativo. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração avaliou os impactos do IFRS 5 e prevê o cancelamento das IAS 16 e 38 em 2015 e o novo modelo de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e associado ou joint venture (negócio em conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 – Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração avaliou os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 16 – Leasing	A alteração suprime a expressão “e períodos intermediários dentro desses períodos anuais” do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidos em demonstrações financeiras consolidadas.	A Administração avaliou os impactos do IFRS 7 e prevê o cancelamento das IAS 16 e 38 em 2015 e o novo modelo de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.
IFRS 7 – Instrumentos financeiros (Divulgação)	Aplicabilidade das divulgações de off-set às demonstrações financeiras consolidadas	A Administração avaliou os impactos do IFRS 7 e prevê o cancelamento das IAS 16 e 38 em 2015 e o novo modelo de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.
IFRS 5 – Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas	Estabelece-se, através da emissão de guidance, as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas e os casos em que ativos mantidos para distribuição são mantidos para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração avaliou os impactos do IFRS 5 e prevê o cancelamento das IAS 16 e 38 em 2015 e o novo modelo de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.
IAS 34 – Demonstração Intermediária	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração avaliou os impactos do IAS 34 e prevê o cancelamento das IAS 16 e 38 em 2015 e o novo modelo de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018.



(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	2014	2013
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (i)	39.186	88.167
Diferenças temporárias:		
Provisão para comissões sobre vendas	4.478	3.626
Ágio amortizado de empresa investidora incorporada	174	612
Provisão para contingências	3.662	1.703
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.736	3.715
Ajuste a valor presente	4.660	3.928
Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado	696	534
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	208	251
Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos	144	560
Outras diferenças temporárias	1.822	1.310
	57.766	104.406

Passivo:

Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos	(12.357)	(6.567)
Ajuste a valor presente	(5.044)	(4.109)
Imobilizado – custo atribuído (ii)	(27.613)	(28.341)
Imobilizado – revisão da vida útil (iii)	(5.869)	(5.317)
Outras	(3.710)	(3.099)
	(54.593)	(47.433)
	3.172	56.973

(i) Em 2014 o montante de R\$ 51.634 foi utilizado para a liquidação do parcelamento Lei 11.941/09 e a Companhia espera realizar o saldo remanescente de prejuízo fiscal até o final do exercício de 2015.

(ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.

(iii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerada após revisão da vida útil-econômica dos bens.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	9.781	(53.173)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(3.326)	18.079
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais e subvenções	2.752	1.686
Outras	(1.244)	(496)
	(1.818)	19.269

Imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios:

Corrente	-	-
Diferido	(1.818)	19.269
	(1.818)	19.269

Alíquota efetiva dos tributos

	19%	36%
--	-----	-----

(d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	83.081	(45.352)	37.729
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	730	730
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	(4.630)	(2.811)	(7.441)
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício	25.955	25.955	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	104.406	(47.433)	56.973
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	728	728
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	2.341	(7.888)	(5.547)
Efeito tributário sobre realização do Refis	(48.981)	-	(48.981)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	57.766	(54.593)	3.173

(e) Lei 12.973/2014

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da Lei 12.973/2014 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, baseada na melhor interpretação do texto corrente da Lei. A Companhia irá optar pela sua adoção no exercício fiscal de 2015.

8. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "swaps" e opções são resumidos a seguir:

	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Curva do instrumento		Ganhos (perdas) incorridos no período	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013

Posição ativa

Moeda estrangeira	1.067.025	1.020.212	717.500	1.009.551	719.598	1.013.212	162.158	151.630
-------------------	-----------	-----------	---------	-----------	---------	-----------	---------	---------

Posição passiva

Índice – CDI	(1.067.025)	(1.020.212)	(681.578)	(991.884)	(681.578)	(991.884)	(114.909)	(118.691)
Total	-	-	35.922	17.667	38.020	21.328	47.249	32.939

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidas mensalmente no resultado do período, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Nota 21).

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 166.966 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 142.711 em 31 de dezembro de 2013), estão dados em garantia de operações com fornecedores e de financiamentos.

	Terrenos	Edifícios e Construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Em 31 de dezembro de 2012	58.448	217.926	174.648	13.268	27.106	669	492.065
Incorporação da Logfert	-	-	-	8	-	-	8
Aquisições	241	-	2.784	4.237	42.269	4.534	54.065
Baixas(i)	(10)	(2.100)	(19.047)	(882)	-	(2)	(22.041)
Depreciação e amortização	-	(7.370)	(35.561)	(3.689)	-	-	(46.620)
Transferências	6.283	10.362	34.880	92	(46.416)	(5.201)	477.477
Em 31 de dezembro de 2013	64.962	218.818	157.704	13.034	22.959	-	477.477
Aquisições	-	1.858	2.813	2.717	61.875	46.034	115.297
Baixas(i)	-	(539)	(3.656)	(610)	(23)	-	(4.828)
Depreciação e amortização	-	(8.550)	(34.630)	(3.709)	-	-	(46.888)
Transferências	-	8.800	25.570	133	(5.056)	(29.447)	541.057
Em 31 de dezembro de 2014	64.962	220.387	147.801	11.565	79.755	16.587	541.057
Saldo em 31 de dezembro de 2013	64.962	220.387	147.801	11.565	79.755	16.587	541.057
Custo	64.962	251.616	290.316	26.716	22.959	-	656.569
Depreciação e amortização	-	(32.798)	(132.612)	(13.682)	-	-	(179.092)
Valor residual líquido	64.962	218.818	157.704	13.034	22.959	-	477.477
Saldo em 31 de dezembro de 2014	64.962	261.734	301.788	27.427	79.755	16.587	752.253
Depreciação e amortização	-	(41.347)	(153.987)	(15.862)	-	-	(211.196)
Valor residual líquido	64.962	220.387	147.801	11.565	79.755	16.587	541.057
(i) Baixas	-	(539)	(3.656)	(610)	(23)	-	(4.828)
- Custo	-	(539)	(16.911)	-	(23)	-	(19.612)
- Depreciação e amortização	-	-	13.255	(2.139)	-	-	14.784

Em 31 de dezembro de 2014, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente a: (i) construção da unidade de Candéias-BA; (ii) Construção da unidade de Rio Grande-RS; (iii) ampliação do armazém na unidade de Rosário do Catete-SE; e (iv) adequação nas unidades de Paranaguá-PR. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$ 28.100 (R\$ 4.650 em 31 de dezembro de 2013). Tais compromissos serão pagos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	2014	2013
Contas a pagar no país	79.029	61.428
Contas a pagar no exterior	1.205.264	1.090.157
	1.284.293	1.151.585

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

O ajuste a valor presente no valor de R\$ 14.727 (R\$ 11.512 em 31 de dezembro de 2013), foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados com cada fornecedor, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	2014	2013
Moeda estrangeira				
Financiamentos de importação (i)				
Fixo US\$ 392.930 mil (US\$ 290.524 mil em 31 de dezembro de 2013)	VC + 3,36 % a.a.	VC + 4,29 % a.a.	1.043.700	680.582
Fixo EUR\$ 7,828 mil (EUR\$ 0 em 31 de dezembro de 2013)	VC + 2,38 % a.a.	VC + 3,80 % a.a.	25.262	-

Moeda nacional

Capital de giro (ii)	111,85% do DI a.a.	111,85% a.a do DI a.a.	33.142	25.178
Finame	4,34 % a.a.	4,34 % a.a.	3.249	4.207
Operações de "vender"	15,53% a.a.	15,53% a.a.	-	889
Operações de Crédito Rural (iii)	6,09% a.a.	6,50% a.a.	36.651	27.148
Outras obrigações	VC+Libor+3,0% a.a.	VC+Libor+3,0% a.a.	14.310	7.875
Debêntures (iv)	DI +3,25% a.a.	DI + 3,95% a.a.	175.187	260.993
			1.331.501	1.006.872
Circulante			(1.234.302)	(820.174)
Não circulante			97.199	186.698

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

(i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a instituições financeiras para financiar a importação de matérias primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias primas no exterior ou da data do desembarco da operação. Em 31 de dezembro de 2014, 12,20% (14,3% em 31 de dezembro de 2013) do montante financiado estão garantidos por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

(ii) Capital de giro

Refere-se a operação de empréstimos com instituições financeiras, sendo que, em 31 de dezembro de 2014, 72% do saldo tem vencimento em 2015 e 28% vencimento até 2019.

(iii) Operações de crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. Do total de R\$ 36.651 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2014, 100% estavam cobertos por seguro de crédito, que cobre eventuais perdas.

(iv) Debêntures

31 de dezembro de 2014				
Série	Quantidade	Emissão	Valor nominal	Indexador
FHER12	26.000	6/5/2013	10.000	DI + 3,25% a.a.
			89.033	86.153
			89.033	86.153
			175.187	175.187

31 de dezembro de 2013				
Série	Quantidade	Emissão	Valor nominal	Indexador
FHER12	26.000	6/5/2013	10.000	DI + 3,25% a.a.
			89.300	171.693
			89.300	171.693
			260.993	260.993

(a) Descrição dos contratos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia detinha contrato derivativos de "swap" no valor nominal total de R\$ 717.894 (R\$ 1.020.212 em 31 de dezembro de 2013), com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial. Nesses contratos, a Companhia tem o direito de receber variação cambial do dólar norte-americano menos 0,90% ao ano e variação cambial do euro menos 6,70% e é responsável por pagar 100% do CDI. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia detinha R\$ 349.131 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2013) de notional em opções de compra de moeda estrangeira, com um limite de R\$2,65 para US\$1,00.

(b) Vencimento dos contratos de "swap" e Opções

Em 31 de dezembro de 2014, os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	Dólares americanos (US\$)	Euros (EUR\$)
Em 1 mês	83.050	-
De 1 a 2 meses	91.473	7.600
De 3 a 4 meses	217.955	-
	392.478	7.600

(c) Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos

Os contratos de swap e opções são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano e euro verificadas nos contratos de futuros registrados na BM&FBovespa.

9. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. é controlada por Dalton Dias Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende, que juntos detêm 67,76% das ações da Companhia. Os 32,24% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

(a) Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

	2014	2013
Ativo		
Contas a receber (i)		
Dalton Dias Heringer	173	119
	173	119
Outras contas a receber		
Dalton Dias Heringer (ii)	275	100
	275	100
	448	219

(i) Decorrem de vendas de produtos da Companhia, celebradas no curso normal dos seus negócios.

(ii) Venda de imobilizado em 2014 e 2013 decorrem de saldo remanescente de contrato firmado em 20 de dezembro de 2009, de compromisso de venda de uma propriedade rural, localizada no Estado de Tocantins, com o grupo controlador, no montante de R\$ 3.200, o qual foi integralmente liquidado em 2013. O preço contratado estava baseado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

	2014	2013
Resultado		
Receita de vendas		
Dalton Dias Heringer (i)	1.342	647
Roberto Rodrigues	2.522	1.868
	3.864	2.515
Custo dos produtos vendidos		
Dalton Dias Heringer	(2.471)	(1.877)
Roberto Rodrigues	(2.130)	(1.612)
	(4.601)	(3.489)

Despesas com vendas

Fretes de entrega	-	30.569
Logfert Transportes S.A.	-	30.569

Outras receitas operacionais

Aluguel	19	19
Dalton Dias Heringer	19	19

Compras

Dalton Dias Heringer	1.520	745
	1.520	745



21. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de "venda" e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "swap".

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

31 de dezembro de 2014			
Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	313.908	313.908
Contas a receber de clientes	-	763.561	763.561
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
	36.345	-	36.345
	36.345	1.077.469	1.113.814
31 de dezembro de 2013			
Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	1.331.501	1.331.501
Fornecedores	-	1.284.293	1.284.293
Instrumentos financeiros derivativos	423	-	423
	423	2.615.794	2.616.217
31 de dezembro de 2012			
Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	435.458	435.458
Contas a receber de clientes	-	656.782	656.782
Instrumentos financeiros derivativos	19.314	-	19.314
	19.314	1.102.292	1.121.606
31 de dezembro de 2011			
Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	1.006.872	1.006.872
Fornecedores	-	1.151.585	1.151.585
Instrumentos financeiros derivativos	1.647	-	1.647
	1.647	2.158.457	2.160.104

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	31 de dezembro de 2014	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	313.908	313.908
Contas a receber de clientes	763.561	763.561
Instrumentos financeiros derivativos	36.345	36.345
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	1.331.501	1.333.132
Fornecedores	1.284.293	1.284.293
Instrumentos financeiros derivativos	423	423
31 de dezembro de 2013		
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	435.458	435.458
Contas a receber de clientes	656.782	656.782
Instrumentos Financeiros	19.314	19.314
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	1.006.872	1.010.122
Fornecedores	1.151.585	1.151.585
Instrumentos Financeiros	1.647	1.647

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 12 para maiores detalhes.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 8 para maiores detalhes.

Hierarquia de valor justo

Ativo avaliado a valor justo

	31 de dezembro de 2014		
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos		36.345	-
31 de dezembro de 2013			
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	19.314	-

Em 31 de dezembro de 2014, não havia outros ativos avaliados a valor justo. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía ativos avaliados a valor justo.

Passivo avaliado a valor justo

	31 de dezembro de 2014		
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos		423	-
31 de dezembro de 2013			
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.647	-

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havia outros passivos avaliados a valor justo.

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

(a) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

(b) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de

juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto		
	2014	2013	
Importação em andamento (Nota 5)			
US\$ 69.263 mil (US\$ 90.159 mil em 31/12/2013)	Até 35 dias	(183.976)	(211.206)
Fornecedores no exterior (Nota 11)			
US\$ 453.755 mil (US\$ 464.463 mil em 31/12/2013)	Até 237 dias	1.205.264	1.090.157
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)			
Financiamentos de importação			
US\$ 392.930 mil (US\$ 290.524 mil em 31/12/2013)	Até 237 dias	1.043.700	680.582
Financiamentos de importação			
EUR\$ 7.828 mil (EUR\$ -1 em 31/12/2013)	Até 58 dias	25.262	-
Demais contas a pagar (receber) líquidas			
US\$ 4.707 mil (US\$ 1.497 mil em 31/12/2013)	Até 270 dias	(12.504)	3.506
		2.077.746	1.563.039

Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 8)

US\$ 392.478 (US\$435.504 mil em 31/12/2013)

Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 8)

EUR \$ 7.600 (Zero em 31/12/2013)

Exposição líquida

Estoque de matérias primas

Exposição líquida (menos estoque de matérias primas)

Devido à relevância das importações de matérias primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias primas com preços estáveis em dólar norte-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de "Hedge".

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência das contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	2014	2013
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	231.160	331.447
Baixo risco para médio prazo	82.748	105.071
Baixo risco para curto prazo	-	1.002
	313.908	437.520
Ativos financeiros derivativos		
Baixo risco para longo prazo	35.922	17.667

(d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender as vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval da Companhia, estão consignados na rubrica Contas a receber de clientes e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido a pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos líquidas pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos e financiamentos	852.309	115.065	112.015	184
Fornecedores	1.151.585	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.647	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	1.245.542	97.941	9.733	53
Fornecedores	1.284.292	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	423	-	-	-

(e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

- Instrumentos com risco cambial - Os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 2,6562 / US\$ e a taxa de CDI de 11,57 % ao ano, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2014, que no entender da administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir destas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros – Manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de cambiais

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
-25%	-50%	25%	50%
R\$ 1.992,2	R\$ 1.328,1	R\$ 3.320,3	R\$ 3.984,3
(173.329)	(364.685)	173.329	364.685
-	-	88.104	175.380
(173.329)	(364.685)	261.433	522.065

Cotação do dólar "Hedge" - "Swap"

Opções de moeda Estrangeira "Hedge" - "Swap"

Cotação do Euro "Hedge" - "Swap"

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
-25%	-50%	25%	50%
R\$ 2.420,3	R\$ 1.613,5	R\$ 4.033,8	R\$ 4.840,5
(6.131)	(12.263)	6.131	12.263

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de juros

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
-25%	-50%	25%	50%
8.68%	5.79%	14.46%	17.36%
35.297	38.243	29.586	26.815

Instrumentos financeiros não derivativos

• Câmbio

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
-25%	-50%	25%	50%
R\$ 1,992,2	R\$ 1,328,1	R\$ 3,320,3	R\$ 3,984,3
255.303	510.644	(255.303)	(510.644)
260.906	521.850	(260.906)	(521.850)
(3.125)	(6.251)	3.125	6.251
513.084	1.026.243	(513.084)	(1.026.243)

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
-25%	-50%	25%	50%
R\$ 2.420,3	R\$ 1.613,5	R\$ 4.033,8	R\$ 4.840,5
6.315	12.630	(6.315)	(12.630)

Juros

Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
-25%	-50%	25%	50%
8.68%	5.79	14.46%	17.36%
15.202	10.135	25.336	30.404

(f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no Índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "I" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2014, este índice ficou em 24,3% (18,7% em 31 de dezembro de 2013). O Conselho de Administração autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 40% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2015

23. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto a Companhia possui apólices de seguro para as unidades de produção de Paraná-PR e Rondonópolis-MT com limite máximo de indenização de R\$ 10.000, para as unidades de Dourados-MS, Catalão-GO, Rio Verde-GO, Porto Alegre-RS, Manhuçu-MG, Três Corações-MG e Uberaba-MG com limite máximo de indenização de R\$ 56.961, para as unidades de Paulínia com limite máximo de indenização de R\$ 29.500, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$ 42.000, para os equipamentos financeiros pelo Finaem com limite máximo de indenização de R\$ 4.723, e para parte do contas a receber, crédito rural, com limite máximo de indenização de R\$ 45.000.

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$ 10.000.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração.

24. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria-Execut